

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS**

Processo de Origem

Juízo: 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de
Brasília/DF

Processo nº:

Classe: Ação Penal

NOME, brasileiro, solteiro, nascido em xx, natural de x, filho de xx, portador do CPF nº xx, com endereço na xx, BRASÍLIA/DF, vem, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, com fulcro nos artigos 232 e s.s. do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, interpor

**RECLAMAÇÃO COM PEDIDO DE CONCESSÃO DE EFICÁCIA
SUSPENSIVA**

contra decisão, a qual se imputa *erro in procedendo*, não passível de recurso e que pode resultar em dano de difícil reparação ao reclamante, proferida pelo **Juízo do Primeiro Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Brasília - DF**, que indeferiu o requerimento de declaração de nulidade da citação realizada mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, determinando o regular prosseguimento do feito.

I. BREVE HISTÓRICO PROCESSUAL;

Tratam os autos epígrafados de ação penal na qual se apura

a ocorrência da conduta descrita no artigo 129, §9º, do CPB, supostamente praticada no dia **xx de xxxx de xxxx**, pelo denunciado, ora reclamante, em face de sua genitora, NOME.

A denúncia foi recebida em **xx de xxx de xxxx** (fl.xx).

Em xx de xxx de xxxx, foi expedido edital de citação, tendo sido afixado no local de costume do juízo, referida comunicação foi disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico no dia xx de xxx de xxxx.

Em **xx de xxx de xxxx**, ante o não comparecimento do acusado, nem constituição de advogado, foram declarados suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, a teor do art.366 do CPP.

Em **xx de xxx de xxxx**, foi efetivada a citação pessoal do reclamante, seguindo o processo do curso ordinário.

Às fls. xx, a Defensoria Pública suscitou mácula na citação realizada via edital, postulando pela nulidade da decisão que havia determinado a suspensão do prazo prescricional acarretando, ato contínuo, o reconhecimento da extinção de punibilidade, com fulcro no art. 107, inciso IV, do CPB.

A Douta Magistrada *a quo*, por entender que a defesa confunde citação eletrônica com publicação no Diário de Justiça Eletrônico, aduzindo que a Lei nº 11.419/2006 vedou, tão somente, a citação eletrônica no processo crime, indeferiu o pleito.

Por considerar a ocorrência de erro no procedimento apto a causar dano irreparável ante o prosseguimento do feito sem reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, ingressa-se com o presente pedido para correção do ato vindicado.

II. DAS RAZÕES DA REFORMA DA DECISÃO;

A r. decisão ora impugnada considerou que a Lei nº 11.419/2006 não vedou a publicação do edital de citação no Diário de Justiça Eletrônico.

Com a devida vênia, ousamos discordar da referida ilação.

Dentre os balizadores de um Estado Democrático de Direito, positivado no inciso LIV do artigo 5º da Constituição Federal, está **o princípio do devido processo legal**. Por meio dele, garante-se que, quando um indivíduo tiver sua conduta defrontada e submetida ao crivo da atividade jurisdicional do Estado, a ele será assegurado o **direito** a ter um processo regular **com todas as fases previstas em lei** e com plena observância a todas as garantias constitucionais, sob pena de acarretar nulidade.

No processo penal **a citação**, em regra, **é pessoal**, para fins de propiciar o conhecimento da demanda instaurada e oportunidade de exercício, da ampla defesa e demais garantias constitucionais. Excepcionalmente, será admitida a **citação ficta**, prevista nos artigos 361 e ss. do CPP, cuja modalidade que ora se debate é a realizada através de edital.

Nos termos do parágrafo único, do artigo 365 do CPP

“O edital será afixado à porta do edifício onde funcionar o juízo e será publicado pela imprensa, onde houver, devendo a afixação ser certificada pelo oficial que a tiver feito e a publicação provada por exemplar do jornal ou certidão do escrivão, da qual conste a página do jornal com a data da publicação”.

No caso, a publicação foi realizada no lugar de costume e

via Diário de Justiça Eletrônico.

Entretanto, o artigo 6º da Lei nº11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, disciplina que as citações dos Direitos Processuais Criminal e Infracional NÃO podem ser efetuadas por meio eletrônico¹.

Com a devida vênia, referido diploma legislativo estava se referindo, exatamente, ao Diário de Justiça Eletrônico, e não ao procedimento ínsito ao processo judicial eletrônico- PJe.

Repita-se, à exaustão, a interpretação que se empresta a tal dispositivo é no sentido de que, em procedimentos que envolvem restrição à direito de liberdade, a citação por edital, obrigatoriamente, deverá ser publicada em órgão **oficial** de comunicação, vedado o meio eletrônico.

É nula citação por edital se não forem esgotadas as diligências para a ciência.

CITAÇÃO. CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA. RÉU NÃO PROCURADO. CITAÇÃO-EDITAL. NULIDADE (ART-564, III E DO CPP). E NULA A CITAÇÃO-EDITAL SE NÃO EXAURIDOS OS MEIOS PARA O CONHECIMENTO DO PARADEIRO DO ACUSADO, EXIMINDO-SE O OFICIAL DE JUSTIÇA DE QUALQUER DILIGENCIA NESSE SENTIDO, SOB A ALEGAÇÃO DE CERTIDOES ANTERIORES EM PROCESSO-CRIME QUE NÃO O PRESENTE. RECURSO DE HABEAS CORPUS A QUE SE DA PROVIMENTO.

(RHC 61730, Relator(a): RAFAEL MAYER, Primeira Turma, julgado em 18/05/1984, DJ 15-

1 Art. 6o Observadas as formas e as cautelas do art. 5o desta Lei, **as citações**, inclusive da Fazenda Pública, **EXCETUADAS AS DOS DIREITOS PROCESSUAIS CRIMINAL E INFRACIONAL, poderão ser feitas por meio eletrônico**, desde que a íntegra dos autos seja acessível ao citando.

De acordo com o juiz de Direito Hallison Rêgo Bezerra:

A **citação por edital**, também conhecida como **citação** ficta, é providência excepcional que só deve ser adotada nos casos de não ser possível a **citação** real ou pessoal do **acusado**, sob pena de nulidade.

A citação em foco é admitida no Direito Pátrio, nas seguintes modalidades: a) quando o acusado não é encontrado (art. 361 do CPP); b) quando se oculta para não ser citado (art. 362 do CPP); c) quando é inacessível o lugar onde se encontra, em razão de epidemia, de guerra ou por outro motivo de força maior; d) quando é incerta a pessoa que tiver de ser citada (art. 363, II, do CPP).

A citação por edital, por ser via excepcional, reveste-se de cautelas e formalidades para alcançar a ficção do conhecimento da imputação que se almeja.

Considerando a mácula no edital de citação, não seria possível a suspensão da prescrição com base em ato nulo. **Saliente-se que o prejuízo resta patente, uma vez que altera o marco interruptivo prescricional.**

Na realidade, a nulidade aventada impõe que o último ato interruptivo do lapso prescricional seja o recebimento da denúncia (art.117, I, do CPB), datada, consoante acima mencionado, de xx de xxxx de xxxx.

Destaca-se que a pena do crime imputado apresenta, como lapso máximo, o montante de 03 (três) anos.

Nos termos da redação do inciso IV, do artigo 109, do CPB,

para penas de referido montante, o prazo prescricional é de 08 anos, já ultrapassado até a presente data.

Desse modo, há que se reconhecer a nulidade da publicação do edital somente em local de costume do juízo e em Diário de Justiça Eletrônico.

III. DA CONCESSÃO DA EFICÁCIA SUSPENSIVA DA DECISÃO;

Consoante mencionado, a manutenção da r. decisão importa risco de dano irreparável ao reclamante, considerando o prosseguimento do feito sem o necessário reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, ante a suspensão do lapso por decisão fulcrada em citação nula.

Saliente-se que a audiência de instrução e julgamento já foi determinada, concluindo-se que a suspensão do feito principal, até a resolução da questão suscitada, mostra-se premente.

De outro lado, a verossimilhança das alegações faz-se presente com a juntada das cópias em anexo.

Pelo exposto, nos termos do artigo 235 do Regimento Interno, requer seja deferida a eficácia suspensiva à reclamação uma vez que concorrentes à relevância dos fundamentos e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

IV. DO PEDIDO

Pugna pelo conhecimento da presente reclamação e:

a) os benefícios da gratuidade da justiça, por ser

hipossuficiente nos termos do art. 4º da Lei 1.060/50;

b) seja processada a presente Reclamação, concedendo-se eficácia suspensiva, a fim de **determinar a suspensão do feito principal até resolução da presente demanda.**

c) a intimação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, como interessado;

d) a procedência da presente reclamação, **a fim de que seja reformada a r. decisão ora reclamada,** reconhecendo-se a **nulidade do edital de citação publicado no local de costume do juízo e no Diário de Justiça Eletrônico,** e, por consequência, da decisão que determinou a suspensão do lapso prescricional, **reconhecendo-se, ato contínuo, a prescrição da pretensão punitiva estatal,** extinguindo a punibilidade do réu, nos termos do artigo 107, inciso IV, do CPB.

Local e data

Defensor Público